

## Reflexões sobre as primeiras organizações patronais rurais no estado do Pará

Aluisio Fernandes da Silva Júnior<sup>1</sup>

*Este texto apresenta, de forma exploratória e descritiva, as primeiras organizações patronais rurais do estado do Pará a partir de levantamentos realizados na Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - Faepa. Em função das dificuldades encontradas visando à elaboração de um pensamento cronológico, congruente e fidedigno, outras fontes de pesquisas foram consultadas. A evolução e a expansão dessas organizações constituem elementos importantes para a compreensão da atual configuração espacial desta entidade, bem como proporcionam o entendimento da complicada rede de relações que envolvem diferentes personagens presentes no espaço rural paraense através das mudanças que geraram contradições, conflitos e violências.*

*Organizações Patronais Rurais; Evolução e Expansão das Organizações Patronais; Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - Faepa.*

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado Pleno em Geografia pela Universidade Federal do Pará/UFPA (2000). Licenciado Pleno em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará/Uepa (1996). Especialista em Educação Ambiental/Profima VI/NUMA/UFPA (2001). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/MAFDS/NEAF/CA/UFPA (2008). Doutorando em Estudios Sociales Agrários/Universidad Nacional de Córdoba/Argentina/Centro de Estudios Avanzados/CEA/UNC. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Classe D, Ref/Pad/Nível 301) da Escola de Aplicação da UFPA. Endereço eletrônico: junior@ufpa.br.

## As primeiras organizações patronais rurais do estado do Pará

Na região Norte do Brasil, desde tempos coloniais, a Ilha de Marajó destacou-se por apresentar grandes proprietários de terras, como Antônio de Sousa Macedo, Secretário de Estado do rei D. Afonso VI, que recebeu a capitania por doação de juros e herdade. O sucessor de Antônio de Sousa Macedo foi seu filho, Luís Gonçalo de Sousa Macedo, considerado o 1.º barão da Ilha Grande de Joanes, em 1754. Sucedeu a este, na donataria<sup>2</sup> e no título de barão, seu filho Antônio de Sousa Macedo, 2.º barão da Ilha Grande de Joanes, que foi substituído pelo filho Luís de Sousa Macedo, considerado o 3.º e último barão da Ilha Grande de Joanes, conservando a estrutura familiar e fundiária de posseção da ilha (TEIXEIRA, 1953 p. 34).

O Decreto de 29 de abril de 1754, que extinguiu a donataria e reuniu a capitania aos bens da Coroa e Fazenda Real, criou o cargo de inspetor geral da Ilha, nomeando em 1757, Florentino da Silveira Frade. No século seguinte, de acordo com Teixeira (1953, p. 38), em meados de 1825, o número de fazendas na costa norte correspondia a 56 e nos campos 92, destacando-se como proprietários instituições religiosas, como as ordens dos mercedários e jesuítas, e cidadãos de famílias ilustres da Ilha, considerados fazendeiros. A indústria pastoril crescia e concomitante a este crescimento o furto de gado, situação que proporcionou, entre outras medidas, a criação de grandes sindicatos e poderosas milícias privadas, lideradas por fazendeiros, com destaque para a Associação de Fazendeiros de Marajó, de Muaná e Cachoeira do Arari (TEIXEIRA, 1953, p. 34). O Quadro 1 e a Figura 1 destacam os municípios e os principais fazendeiros da Ilha de Marajó, com registro de presença do *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1908, responsáveis por 405.431 reses bovinas.

Em virtude de não termos acesso às informações referentes à área apresentada, no Quadro 1 estabeleceu-se uma estimativa de 1U.A/5 ha/ano

---

<sup>2</sup> No texto entendemos como um sistema administrativo aplicado às terras possuídas pela Coroa Portuguesa além-mar, utilizado pelo rei para delegar os seus poderes, com certas restrições, a pessoas de sua inteira confiança.

com relação à capacidade de suporte das pastagens, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, sob orientação do Engenheiro Agrônomo Guilherme Calandrini de Azevedo. De acordo com o pesquisador, a estimativa levou em consideração o período apresentado no quadro (1908), a pastagem nativa do Arquipélago e o deslocamento do gado.

O pesquisador frisou que com a utilização de tecnologia recomendada para um período mais recente do que o quadro faz referência, na década de 1970 houve um aumento da taxa de fertilidade, redução da mortalidade do rebanho, obtenção de novilhos para abate com 350 kg aos três anos e meio de idade e aumento da capacidade de suporte das pastagens nativas para 1U.A/2,5 há/ano. Atualmente (2008) o aumento da produção por área tem sido substancial, podendo ultrapassar 800 kg peso vivo/ha/ano, em função do clima, da forrageira utilizada e da fertilidade do solo. Esta última estimativa atende outras áreas do estado do Pará.

O fato é que, em estimativa baseada na relação entre efetivo bovino e área, as fazendas ocupavam mais de dois milhões de hectares, o que é demonstração cabal do domínio territorial dos criadores de bovinos da Ilha de Marajó.

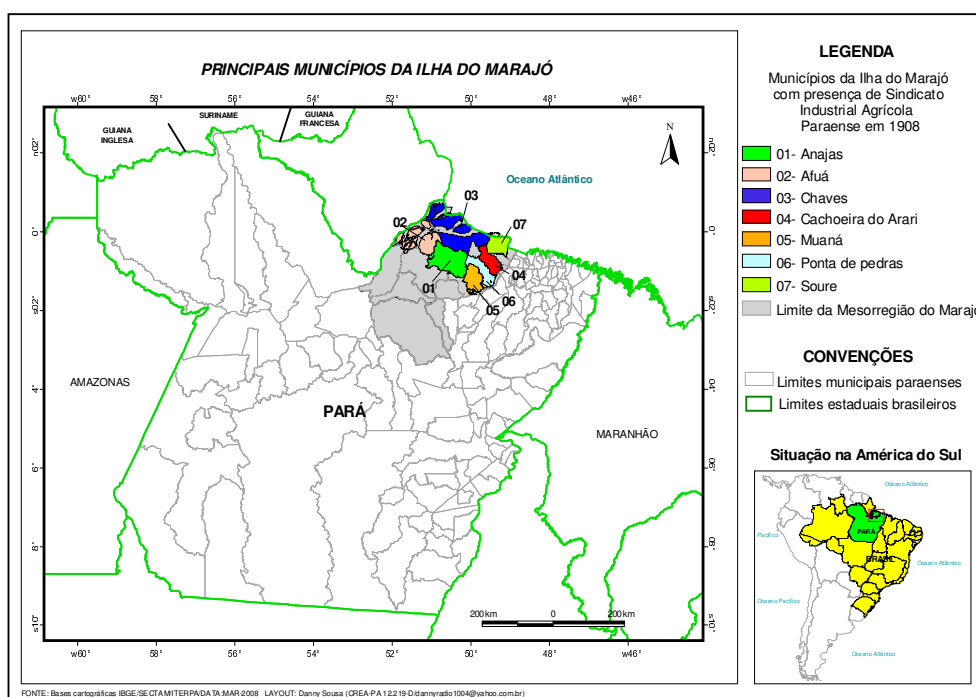
Quadro 1 - Proprietários Rurais da Ilha de Marajó, 1908.

Proprietário Rural	Município	Reses Bovinas	N.º de Fazendas	Estimativa de Área em Ha
Manuel Emídio Marques	Muaná	13140	58	65700
Simão Ferreira Monteiro	Muaná			
Rodrigo Lopes de Azevedo	Muaná			
João Cândia da Silva Brito	Muaná			
Joaquim Pereira Boulhosa	Ponta de Pedras	9173	33	45865
Leonardo Lobato Tavares	Ponta de Pedras			
Henrique Lobato	Ponta de Pedras			
Bento Lobato de Miranda	Cachoeira do Arari	162572	116	812860
Vicente José de Miranda	Cachoeira do Arari			
José Maria da Cunha	Cachoeira do Arari			
Manuel Lobato	Cachoeira do Arari			
Raimundo Bezerra da Rocha Morais	Soure	101050	64	505250

Artur Bezerra da Rocha Moraes	Soure			
Antonino da Cunha Mendes	Soure			
Francisco de Paula Mendes	Chaves	112021	55	560105
Manuel Rui Sêco	Chaves			
Carlos Hesketh	Chaves			
Antônio de Sousa Baraúna	Afuá	7475	22	37395
Francisco Antônio de Resende	Anajás			
Vicente Ferreira Brito	Anajás			
<b>TOTAL</b>		<b>405431</b>	<b>348</b>	<b>2027175</b>

Fonte: TEIXEIRA, 1953. Elaborado por AFSJ. Colaboração de Guilherme Calandrini de Azevedo para os dados de área.

Figura 1 - Principais municípios da Ilha de Marajó com registro de presença do *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* - 1908.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2007), dados da Faepa (2004). Elaborada por AFSJ e DSS.

Durante o período mencionado as atividades pastoris eram desencadeadas com maior frequência no Arquipélago Marajoara e em algumas áreas do Baixo Amazonas, devido às condições físicas e climáticas da região propícias à criação de gado e à privilegiada posição geográfica ao tipo de transporte utilizado (embarcações de vapor e de velas), que proporcionavam a condução de gado, legal e ilegal, em pé e charqueado. A falta de linhas rodoviárias e ferroviárias dificultava o acesso a outras regiões do estado. Os povoados, vilas e núcleos populacionais estavam às margens dos rios, fator importante para destacar a supremacia dos meios de transportes aquáticos utilizados nestas regiões. Outro fator determinante voltou-se para a organização da estrutura fundiária, sendo o fazendeiro personagem central deste processo.

A partir de 1905, no governo de Augusto Montenegro (1901-1909) a oligarquia do Arquipélago de Marajó, através do Senador José Ferreira Teixeira, funda e preside o *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense*. Merece atenção o fato de a fundação desta organização ocorrer no auge da exploração da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), quando a Amazônia representava importante contribuição à economia nacional por uma atividade que associava a exploração extrativa na floresta à transformação industrial mais avançada em termos de sofisticação tecnológica. O caráter extrativo da *Hevea* não aparece representado no nome do sindicato que se pretende primeiro industrial e depois agrícola. É o caráter de indústria, que ocorre no beneficiamento da *Hevea*, que toma relevo, demonstrando a preocupação com a representação de modernidade que a atividade agropecuária pode assumir. Ao assumir o cargo de Senador, José Ferreira Teixeira beneficiou a indústria agropecuária, com a realização de congressos de fazendeiros, cujos trabalhos resumidos em conclusões foram publicados pela revista *A Lavoura Paraense* (1907), boletim da Diretoria de Agricultura do Estado.

Essas conclusões traziam resultados para estimular e orientar a indústria pecuária paraense. No que se refere à atividade agropecuária, o Senador José Ferreira Teixeira defendeu a criação de três campos experimentais agrícolas, no Baixo Amazonas, no Marajó e no Tocantins, em que promoveu o fomento, organização e regulação da produção do algodão no Pará; estimulou a criação de posto de seleção de gado nacional “crioulo”; envolveu-se na organização do serviço de defesa sanitária a-

nimal do Pará; promoveu a concessão de terras devolutas a quem se obrigasse a instalar e manter fazendas de criação na Guiana Brasileira; engajou-se na organização e instalação de indústrias de aproveitamento de sementes oleaginosas; auxiliou o sindicato agropecuário de Soure-Marajó para instalação de um posto zootécnico; instalou uma escola doméstica para formação de “donas de casa”; proporcionou a criação de um patronato agrícola; entre outros serviços que beneficiavam os grandes proprietários de terras. Aumentou a confiança dos capitalistas na indústria de criação e novos elementos conquistaram a pecuária marajoara e de outras zonas do Pará (TEIXEIRA, 1953, p. VIII).

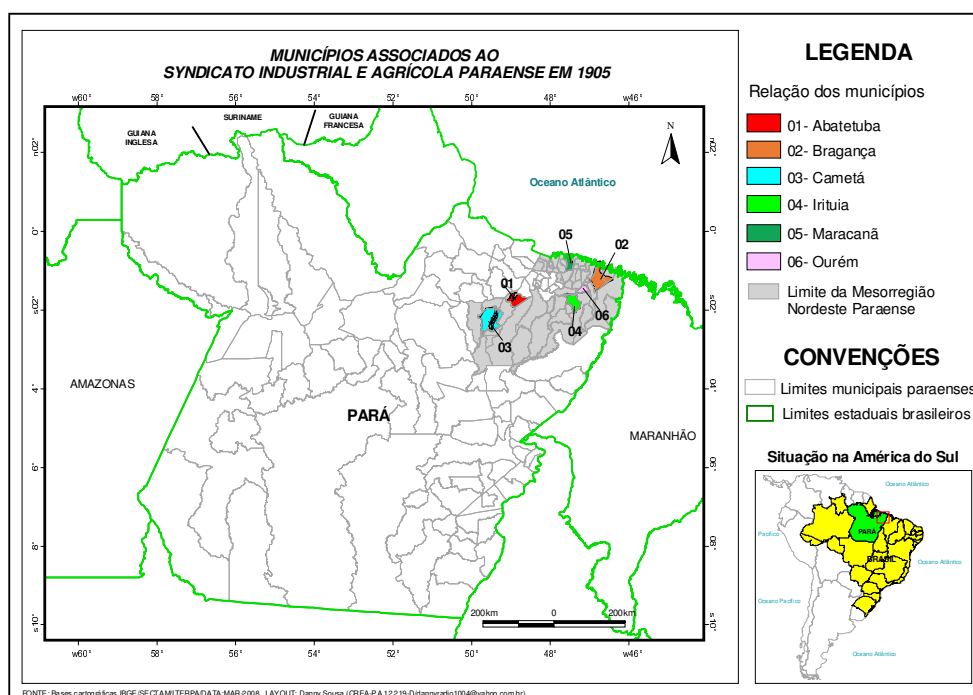
### **Expansão da pecuária e a inserção de novos municípios no *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense***

O *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* promoveu a propaganda da agropecuária no estado, resultando na criação dos Sindicatos Agrícolas de Ourém, Irituia, Abaetetuba, Cametá, Maracanã e Bragança. Em 1907, o *Sindicato* reuniu o Congresso dos Fazendeiros do Pará, cujas conclusões serviram de orientação para intervenções na pecuária do estado. Este sindicato fundou a Estação Experimental de Igarapé-Açú e estimulou a criação da Secção de Agricultura do Estado do Pará, proporcionando a expansão significativa desta atividade que, *a priori*, estava voltada para o Arquipélago Marajoara. A Figura 2 indica os municípios associados ao *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense*, em 1905, destacando no início deste século a expansão da atividade pastoril, outrora situada no Arquipélago Marajoara, agora em direção ao Nordeste Paraense e ao Baixo Tocantins (TEIXEIRA, 1953, p. 43-44).

A expansão não estagnou a produção de gado no Arquipélago Marajoara, mas dinamizou esta atividade em outras regiões do estado. O Nordeste Paraense, assim como a Amazônia em geral, ganhou relevância devido à produção de látex, matéria-prima utilizada em função do processo de vulcanização que ocorrera nos Estados Unidos e na Inglaterra em 1839. Os países citados passaram a industrializar produtos derivados da borracha, como os pneus dos automóveis e bicicletas e outros acessórios importantes para a montagem desses bens, proporcionando a construção

da estrada de ferro Belém-Bragança, concluída no governo de Augusto Montenegro (1901-1909), sendo implantados vários núcleos ao longo da mesma.

Figura 2 - Municípios associados ao *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1905.



Fonte: Teixeira, 1953. Elaborada por AFSJ e DSS.

Desta forma, a substituição do barco pela locomotiva modificou a dinâmica de ocupação do Nordeste Paraense, transferindo milhares de pessoas brasileiras e estrangeiras para esta região. A crise do comércio da borracha acelerou o processo de ocupação. As atividades secundárias à extração da borracha desenvolvidas pelos seringueiros passam a atuar como atividades principais, com destaque para a agricultura, utilizada por meio do sistema de corte-e-queima que, segundo Ludovino (2002), citado por Veiga *et al* (2004, p. 39), a maioria das propriedades tem menos de 50 hectares, ou seja, predominando a agricultura familiar. A partir dos anos 1930, a construção de rodovias locais facilitou a integração

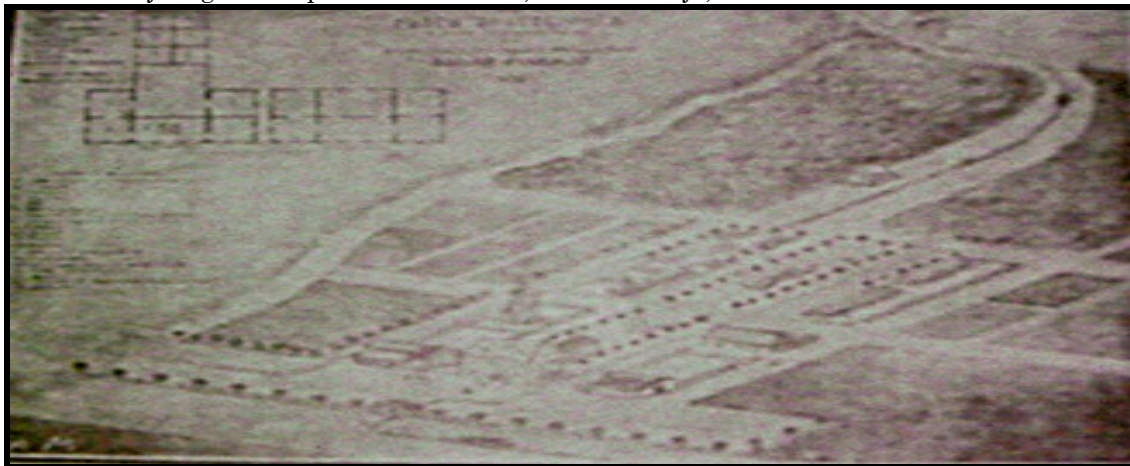
entre esta região e Belém, além das rodovias federais BR 010 (Belém-Brasília) e BR 316 (Pará-Maranhão) em meados de 1959 (ver a Figura 5), impulsionando o fluxo migratório na região pela segunda vez. Os fazendeiros do Arquipélago de Marajó e de outras regiões do estado optaram pelo Nordeste Paraense, devido à facilidade de escoamento do gado e sua distribuição nas redes de açougues em Belém, aumentando a concentração fundiária e a sindicalização dos municípios do Nordeste Paraense (VEIGA *et al.*, 2004, p. 41).

A relação entre a patronagem rural e o Estado foi fortalecida desde o início do século XX, na República Velha, como demonstra *A Lavoura Paraense*, publicada mensalmente e editada durante cinco anos, entre 1907 e 1912. Os técnicos e produtores rurais manifestavam interesses enquanto categorias profissionais, geralmente vinculadas a órgão público. Organizavam-se em prol de seus interesses, ou seja, uma preocupação pelo aumento da produtividade incorporando novas tecnologias, elemento importante para aproximar as referidas categorias em nível nacional e internacional através das representações de maquinários agrícolas e sementes selecionadas originárias de outros estados ou países. Desta forma, a Figura 3 e o Quadro 2 ressaltam a difusão de tecnologias, com a fundação de sedes municipais via *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense*, aumentando a sua representatividade no estado. A aquisição de arados, arames e sementes além da compra de uma usina de descarregar e enfardar algodão, representa a utilização de novas tecnologias no estado, descentralizando as atividades agropastoris desenvolvidas na Ilha de Marajó (GUERRA, 1999, p.3,4).

Se as preocupações com melhorias tecnológicas são evidenciadas pelas matérias produzidas e publicadas em *A Lavoura Paraense* (1912) e na *Revista Comercial do Pará* (1918), não existem indicadores de transformações sociais importantes, demonstrando o crescimento do assalariamento e respeito às leis trabalhistas no campo. A oligarquia absorve tecnologia, mas não há indicativo de mudanças nas situações de dominação.

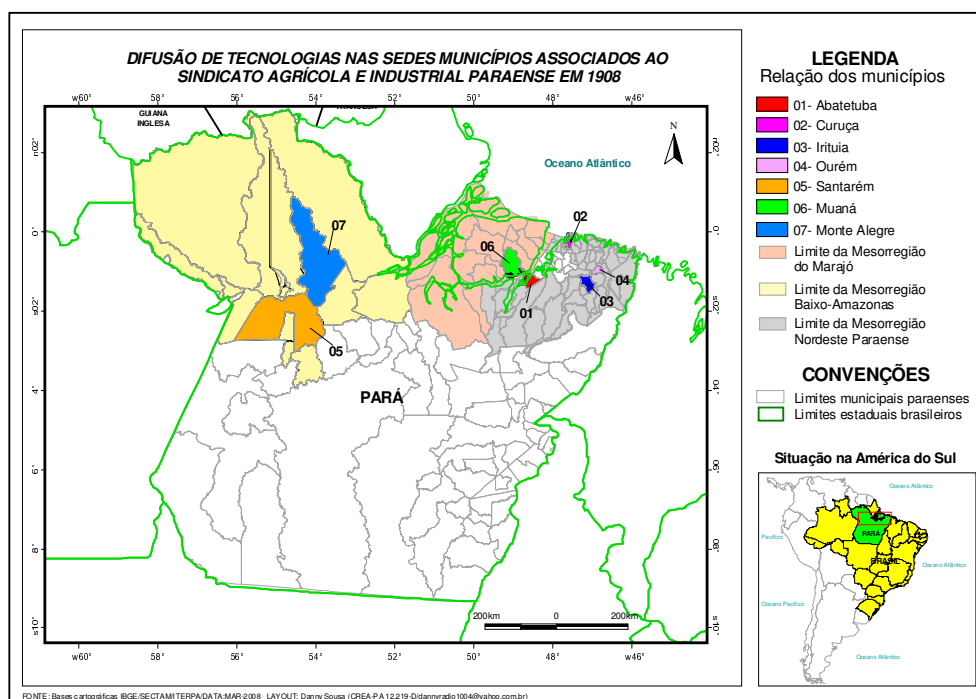


Foto 1 - Projeto geral do posto Zootechnico, Soure/Marajó, 1918.



Fonte: Revista Comercial do Pará (1918).

Figura 3 - Difusão de tecnologias nas sedes municipais vinculadas ao *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense*, 1908.



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2007). Dados de Guerra (1999). Elaborado por AFSJ e DSS.

Quadro 2 - Difusão de tecnologias no Estado do Pará, no período de junho de 1908 a maio de 1909.

Local	Tipos de Tecnologias
Ourém	Aquisição de arados
Irituia	Aquisição de arados
Abaeté	Aquisição de arados e sementes
Muaná	Aquisição de arados e sementes
Monte Alegre	Usina de descarçar e enfardar algodão
Santarém	Usina de descarçar e enfardar algodão
Curuçá	Aquisição de sementes
Marajó	Arames e materiais para construção de cercas

Fonte: Guerra (1999). Elaborado por AFSJ.

Durante o período referente a 1910-1930, em que ocorreu intenso processo de descentralização da pecuária no estado, os municípios da Ilha de Marajó mantiveram sua produção e receberam incentivos do governo, através da ação parlamentar do Senador José Ferreira Teixeira em dois mandatos compreendidos entre os períodos de 1913-1930. Nascido em 22 de julho de 1865 no Município de Muaná, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Recife (PE) em 1889 tornou-se este senador representante dos interesses dos pecuaristas no estado e no país. Durante sua vida pública assumiu vários cargos como já citamos anteriormente quando nos referimos ao *Syndicato Agrícola e Industrial Paraense*, com destaque para o projeto do Posto *Zootechnico do Sindicato Agro-Pecuário Soure-Marajó* (1918) (ver Foto 01) e campos anexos de demonstrações e experiências de agricultura, voltado para a construção da primeira escola prática de agricultura mecânica, criação racional e leiteira do estado do Pará. Esta benemérita associação se propôs a criar postos de monta em todos os municípios que a auxiliassem com cessão de 30 hectares de terras e certo número de sócios (REVISTA COMERCIAL DO PARÁ, 1918).

A economia do período era sustentada basicamente pela produção da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K) e cacau (*Theobroma cacao* L). Entretanto, a partir de 1920 a abrupta queda dos preços da borracha no mercado internacional proporcionou em 1921 que a castanha-do-pará passasse à frente da borracha como produto de exportação mais valioso do Pará. Para Weinstein (1993, p. 289):

O Estado do Pará, e a Amazônia como um todo, não sofreu qualquer transformação social ou econômica fundamental em consequência da expansão da borracha. A região saiu da era da borracha ainda por um sistema de produção que se assemelhava muito aos modelos coloniais de exploração econômica e por um conjunto hierárquico de relações sociais, que de modo algum representava um distanciamento significativo da estrutura de classe tradicional. Contudo, a ausência de uma “grande transformação” não nos deve levar ao equívoco de crer que não haja ocorrido mudança alguma de importância duradoura no correr do período de sessenta anos, durante os quais a borracha foi o principal produto de exportação da Amazônia. Em primeiro lugar, mudou-se sensivelmente a composição da própria elite, embora não drasticamente. Fora os pecuaristas de Marajó e do baixo Amazonas e de um punhado de produtores de cana-de-açúcar nas proximidades da capital, a classe alta do Pará voltou-se predominantemente para atividade mercantil. Quer fossem importadores, exportadores, varejistas ou pequenos industriais com interesses comerciais paralelos, os cidadãos mais ricos do Pará, quase sem exceção, antes obtinham sua riqueza do comércio do que da terra. Até mesmo os mais destacados pecuaristas participavam amplamente do mercado de carne e de outros produtos, em vez de apenas criarem gado.

No que diz respeito ao reconhecimento e apoio governamental aos pecuaristas durante o período mencionado não era equivalente aos problemas financeiros e ecológicos herdados pela queda da borracha e que precisavam ser sanados. Os problemas mencionados vão desde a falta de recursos financeiros por parte dos seringalistas até as péssimas condições de acesso aos seringais e a ausência de um plantio racional. Desta forma, houve incentivo maior do governo para este ramo da economia. A pecuária só receberia financiamento governamental caso houvesse uma “fazenda modelo” e/ou pela criação de uma linha de navegação entre Marajó e Belém, como cita Weinstein (1993, p. 285).

Desta maneira, o governo abandonou de vez os criadores a seus próprios recursos. Este fato proporcionou, em 1923, a grave escassez da carne bovina em Belém (WEINSTEIN, 1993, p. 285).

Embora a produção e comercialização da carne no estado não se aproximasse dos lucros advindos do negócio da borracha, a pecuária se firmou como fonte de renda segura e os pecuaristas de Marajó prosperaram graças à inflação do preço da carne, servindo de fonte de empréstimos para socorrer os envolvidos com a produção da borracha já em baixa. Entre os pecuaristas tradicionais de Marajó, Weinstein (1993 p. 285) cita as famílias tradicionais dos Lobato, dos Pombo e dos Bezerra. Durante o período descrito a produção e comercialização da borracha, da castanha-do-pará, do cacau e da pecuária, ou seja, a economia local esteve centralizada nas mãos das famílias tradicionais denominadas oligarquias, regime político ou forma de dominação de qualquer tipo, no qual o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram, sendo exercido apenas por elementos desse grupo. Do ponto de vista puramente formal, as oligarquias distinguem-se da democracia e monarquia (SANDRONI, 2001), sendo substituídas paulatinamente a partir dos anos de 1930 por outra categoria político-social denominada patronato, formada por empresários, produtores rurais, ruralistas, fazendeiros, pessoas físicas ou jurídicas com extensões de terras superiores a três módulos rurais, empregadores de mão de obra assalariada, cultivos e criações especializadas voltados para o mercado exterior. Até os anos de 1930 as famílias tradicionais, grupos familiares, que se denominou de oligarquia, eram os grandes detentores de terras na região (EMMI, 1999).

A partir de 1940, o patronato rural era representado pelas Cooperativas Agrícolas e a Associação dos Seringalistas da Amazônia, envolvidos na reativação da produção da borracha na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial em função dos denominados acordos de Washington. De acordo com Petit (2003, p. 62) em março de 1942, os governos dos EUA, Grã-Bretanha e Brasil assinaram diferentes tratados de cooperação militar e econômica, que ficaram conhecidos como os Acordos de Washington. Num desses tratados, estabelecia-se a importância de incentivar a produção de borracha na Amazônia brasileira para suprir

às necessidades civis e militares desse produto dos Países Aliados que tinham perdido, para o Japão, o controle dos seringais asiáticos. A formação de cooperativas se realiza com apoio do Serviço de Assistência ao Cooperativismo - SAC, órgão do Departamento da Agricultura do Estado do Pará, dirigido respectivamente pelo agrônomo Luiz Fernando Ribeiro<sup>3</sup> e pelo seringalista José Manoel Ferreira Reis, este último presidente da Associação dos Seringalistas da Amazônia. Dentre as cooperativas criadas durante este período, as mais importantes foram a Sociedade Cooperativa da Pecuária do Pará - Socipe (1932) e as cooperativas agrícolas da Região Bragantina e do Baixo Amazonas (FERNANDES, 1999 p. 85-86).

Durante o Estado Novo (1937-1945), o país passou por um reordenamento econômico e político, proporcionando um projeto de desenvolvimento, pautado no desenvolvimento urbano-industrial, através da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA, com o objetivo de integração econômica da região ao restante do país. Os produtores rurais não satisfeitos com o novo modelo estabeleceram diretriz voltada para mobilizar seus representantes, criando novas organizações de proprietários rurais, abrindo novas fronteiras no sul e sudeste do estado do Pará. De acordo com Fernandes (1999, p. 87), o Quadro 3 retrata as associações rurais do estado do Pará em 1950 e a Figura 4 demonstra a distribuição espacial das associações rurais paraenses, no período de 1951 a 1954, destacando-se o Município de Marabá como nova fronteira, no sudeste do estado.

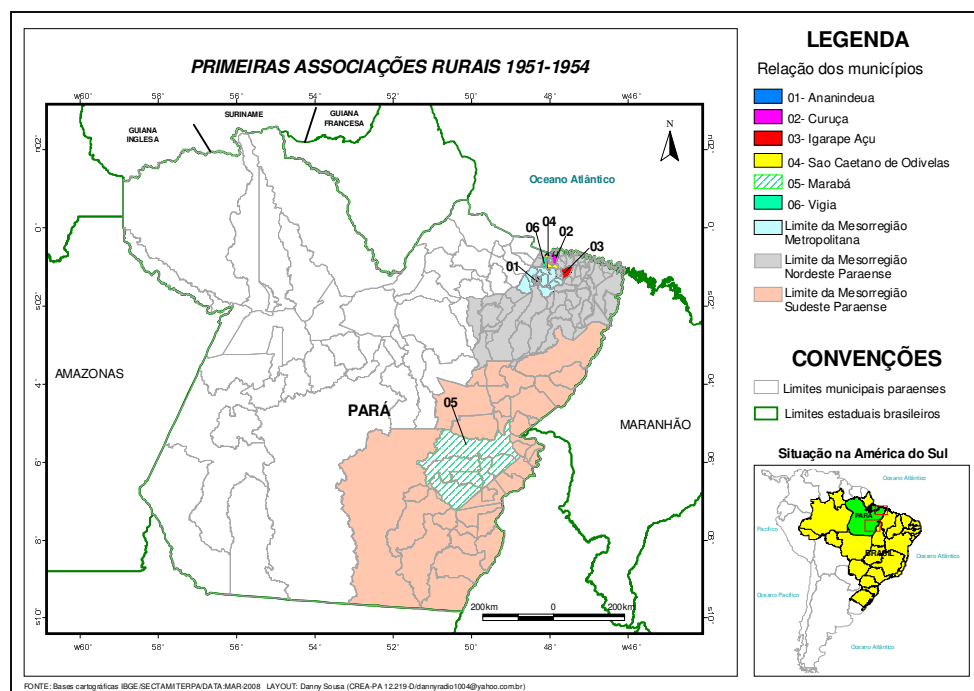
Quadro 3 Associações rurais do Estado do Pará na década de 1950.

Nome da Entidade	Data da Fundação
Associação Rural de Ananindeua	1/4/1951
Associação Rural de Igarapé – Açu	24/5/1951
Associação Rural de Marabá	17/7/1951
Associação Rural de Vigia	2/3/1952
Associação Rural de São Caetano de Odivelas	14/3/1952
Associação Rural de Curuçá	24/5/1954

Fonte: FERNANDES, 1999.

<sup>3</sup> Diretor-Presidente da Cooperativa Central de Créditos, Diretor geral do Departamento de Agricultura do Estado do Pará na década de 1940. Consultar Fernandes (1999).

Figura 4 - Distribuição espacial das associações rurais do Estado do Pará, 1951 a 1954.



Fonte: FERNANDES, 1999. Elaborada por AFSJ e DSS.

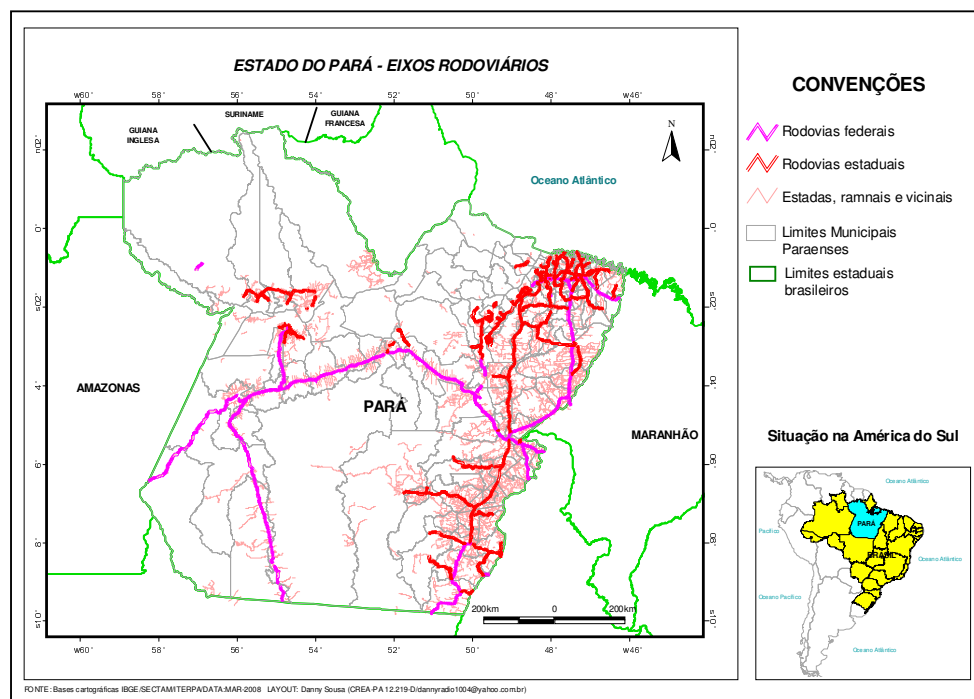
A razão central da formação das entidades do setor rural não era a defesa da estrutura agrária, mas sim a necessidade desses grupos interferirem no processo econômico que se estruturava, em novas bases naquele momento, para a região, alavancado pelo Plano de Valorização da Amazônia. A organização política representada pelas associações municipais do nordeste do estado e pelas organizações provenientes de Marajó não correspondia aos interesses da categoria patronal localizada em outras áreas de atuação, como o sul e sudeste do estado.

Em 1964, sob comando dos militares, alteram-se as normas que regiam as organizações classistas no Brasil. Em decorrência disso, as Associações Rurais Municipais se transformam em Sindicatos e a Federação das Associações Rurais assume a denominação de Federação da Agricultura do Estado do Pará. Em 25 de maio de 1968, o patronato rural de Paragominas, Sul do Pará e Vale do Araguaia, consideradas novas fronteiras, cria a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, com

sede em São Paulo, funcionando como uma espécie de interlocutora privilegiada dos interesses dos empresários frente às instâncias estatais (FERNANDES, 1993 p. 117-118). A abertura da Belém-Brasília, em 1959, abre perspectivas de territorialização no estado do Pará, configurando novas áreas de fronteiras. Paragominas é expressão desse processo, significando área de intensa exploração madeireira, depois pecuária, com enormes conflitos entre levas de migrantes predominantemente do Pará, Goiás e Minas Gerais, cujas iniciais permitiram a construção acróstica do nome do município.

A substituição das atividades pastoris desencadeadas no Nordeste Paraense para as áreas consideradas novas fronteiras ocorre, de fato, entre 1951 e 1954, quando Getúlio Vargas reassumiu o governo, estruturando o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, através da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA, pautado em um programa do Governo Federal voltado para impulsionar a industrialização no país. A década de 1960 ocasiona grandes retrocessos à luta dos camponeses, que veem na ascensão do regime militar seu sonho frustrado, em detrimento de uma política econômica voltada para incentivos e políticas de mercado, políticas creditícias de juros baixos, política de ocupação do território nacional, com acesso fácil à terra, política fiscal que contemplou proprietários inadimplentes. Todas as medidas acima beneficiaram grandes proprietários de terras ligados ao setor industrial de outras regiões do país, que adquiriram grandes extensões de terras no estado do Pará. Na década seguinte os projetos de infraestrutura dinamizaram a economia da região, facilitando a entrada e saída de produtos pelas rodovias PA-150, Transamazônica (BR-230), BR-158 (trecho Mato Grosso - Pará), Belém - Brasília (BR-010) e uma rede de estradas secundárias (ver Figura 5). Segundo Emmi (1999, p. 17), durante esta década a conjuntura regional indica sintomas de decadência das oligarquias locais como grupos dominantes, cedendo espaço para empresas estatais e privadas que se instalaram na região e para camponeses ávidos por terra, disputando o espaço por ocupações e apossamento.

Figura 5 - Estado do Pará - Eixos rodoviários



Fonte: Instituto de Terras do Pará (ITERPA, 2008).

Neste momento se tornam evidentes transformações do perfil das classes dominantes no estado do Pará. De atividades organizadas sob contratos verbais, pagamentos em gêneros e mecanismos de dominação baseados em uma dívida imaginária para atividades assalariadas, seja na base de diárias, seja de empreitada, define-se uma relação capital e trabalho baseada em padrões contemporâneos. Isto não elimina a ocorrência de trabalho em condições aviltantes, assemelhadas ao escravismo. O financiamento oficial de ocupação regional ocorre sob a égide da modernização das relações de trabalhos. As oligarquias se convertem em patronato. Entretanto, faz-se necessário estabelecer uma relação entre as categorias mencionadas, pois os termos são empregados com o mesmo significado neste trabalho, somente quando retratam os donos dos meios de produção e a parcela da sociedade que ao longo dos anos sempre foi beneficiada com políticas oriundas do Estado, aumentando a concentração de terras e as desigualdades sociais no campo. Na região estudada, os termos apresentam peculiaridades e características diferentes, quan-



do submetidos a uma análise crítica. A oligarquia é formada por famílias tradicionais, detentora de enormes áreas de castanhais que utilizaram instrumentos políticos e econômicos para aumentar os seus domínios, tendo seus laços presos ao capitalismo comercial e fortalecidos pelo domínio de terras (EMMI, 1999). Os grupos de famílias tradicionais vão perdendo espaço para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas em nossa região a partir da década de 1970, como resultado da Política de Integração Nacional – PIN; a terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas públicas e privadas pautadas em um capitalismo financeiro, o que justifica a afirmação: as oligarquias se convertem em patronato.

Entende-se patronato rural como uma categoria política representada por entidades (confederação, sociedade, sindicato, associação, cooperativa) que congregam diferentes atores sociais, como produtor rural, ruralista, fazendeiro, empresário agropecuário e proprietário rural, com o objetivo de defender os direitos, reivindicações e interesses comuns, independentemente do tamanho da propriedade e do ramo de atividade de cada um, seja na lavoura ou pecuária, extrativismo vegetal, pesca ou exploração florestal. Esta categoria instituiu a figura do latifúndio produtivo, associado ao termo moderno como sinônimo de produção e reprodução cada vez mais subordinadas ao capital, voltado para os padrões produtivos da agroindústria. Este discurso defende a tecnologia como modelo de desenvolvimento agrícola.

### **Para não concluir**

O estudo das primeiras organizações patronais rurais do estado do Pará possibilitou um recuo histórico demonstrando que a formação dessas organizações ocorreu a partir de meados de 1825, ou seja, ainda no século XIX, com a formação de milícias privadas e a associação de fazendeiros de Marajó, Muaná e Cachoeira do Arari.

A partir da criação do *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1905, alguns municípios do arquipélago marajoara, como Soure, Anajás, Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Muaná e Ponta de Pedras, obtiveram privilégios através do então presidente e fundador deste sindicato, o Se-

nador José Ferreira Teixeira que beneficiou a indústria agropecuária e reuniu a patronagem marajoara e paraense através da organização de encontros, os congressos de fazendeiros, bem como promoveu políticas de interesses dos fazendeiros, proporcionando a expansão da agropecuária.

Em meados de 1908, o *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* amplia sua base associando municípios localizados no Nordeste Paraense e Baixo Tocantins, com destaque para Bragança, Irituia, Maracanã, Ourém, Abaetetuba e Cametá, situação que não estagnou a produção bovina no arquipélago de Marajó. A expansão para as referidas regiões está relacionada ao projeto de infraestrutura da ferrovia Belém-Bragança concluída no governo de Augusto Montenegro (1901-1909). Vale ressaltar que a expansão da atividade agropecuária no estado ocorre no momento em que a produção da borracha entra em colapso, sendo esta atividade a principal fonte de renda do país e do estado.

O *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* dinamizou as atividades econômicas no estado, principalmente a agropecuária, e possibilitou o incremento de tecnologias para os municípios filiados como Santarém, Monte Alegre, Muaná, Ourém, Irituia, Curuçá e Abaetetuba. Entretanto, verificou-se na relação patrão/empregado que não houve conquistas para os trabalhadores que desenvolviam suas atividades de labor nas fazendas desses municípios, em situações desfavoráveis.

A rigor, as primeiras organizações patronais rurais do estado do Pará surgiram no Arquipélago Marajoara fortemente influenciadas pela atividade econômica da pecuária. A partir do período de 1910-1930, ocorreu a descentralização desta atividade econômica e obviamente a inserção de novos municípios situados no Nordeste Paraense (1910-1930) e posteriormente no Sudeste Paraense (a partir de 1950).

A inserção de novos municípios foi possível em função de políticas desencadeadas pelo Governo Federal visando à integração da região Norte ao restante do país, o que possibilitou a construção de rodovias federais, estaduais e locais dinamizando a economia da região e fortalecendo os conflitos sociais entre as diferentes personagens que compõem a estrutura agrária desta região.

A organização do patronato rural paraense, ora apresentado pela oligarquia, outrora conduzido pelo patronato, não é um fato recente como foi

demonstrado no início deste trabalho. O fortalecimento do patronato ocorre de acordo com o processo de expansão e a inserção de novas regiões do estado, aglutinando atores sociais diversos, como produtores rurais, ruralistas, fazendeiros, empresários rurais, empregador rural, que foram representados ao longo dos anos pelos sindicatos, milícias privadas e associações que contribuíram de forma crucial para a formação dos atuais sindicatos de produtores rurais vinculados à atual Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - Faepa.

Enfim, o documento propõe relativizar uma discussão a respeito das primeiras organizações patronais rurais no Estado do Pará, destacando mudanças significativas e a evolução das representações patronais que culminou na formação da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará – Faepa, destacando o caráter concentrador do patronato rural paraense, seja ele expresso pelas oligarquias do passado, seja pelas empresas do presente. A concentração se manifesta pela extensão das terras, pela especialização das atividades restritas à exploração extrativa (comércio e indústria de madeiras, seringais e castanhais), à pecuária bovina e à soja, esta última cada vez menos empregadora de mão de obra e dependente de capital intensivo em maquinários, sementes selecionadas e produtos químicos.

O caráter excludente destas atividades favorece o conflito, tornando o Pará um dos estados mais conflituosos da federação. Os conflitos se traduzem em ações violentas, sendo os assassinatos de lideranças sindicais camponesas os indicadores mais evidentes. Ainda que se altere o foco de ação territorial do patronato rural paraense, não se modifica o seu caráter excludente e violento, o que requer novos estudos e investimentos teóricos para a compreensão de sua permanência histórica.

## Referências

EMMI, M. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. *53 anos valorizando o homem e a produção rural*. Belém: L&A editora, 2004.

FERNANDES, M. *Donos de terras: trajetória da união democrática ruralista - UDR*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estrutura fundiária e atuação política dos donos de terra no Pará: uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista - UDR*. 1993. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, 1993.

GUERRA, G. A. D. *Sindicatos rurais versus sindicatos de trabalhadores rurais no estado do Pará*. Novas estratégias de representação política. (Paper) UFPA/NAEA. Nº 124/agosto, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mesorregiões e microrregiões paraense*. Belém/Pará: IBGE, 2007.

ITERPA. Instituto de Terras do Pará. *Base cartográfica*. Belém/Pará: ITERPA, 2008.

LUDOVINO, R.M.R. *Evolução e viabilidade dos sistemas de agricultura familiar na Região Bragantina*. Pará/Brasil. Thèse de doctorat. Institut Supérieur d'Agronomie Lisbonne: Portugal, 2002.

PETIT, P. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka- Tatu, 2003.

REVISTA COMERCIAL DO PARÁ. Sindicatos Agro-Pecuário Soure-Marajó. Belém: Pará. Ano IV, Nº 07, de 31 de dez. de 1918.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. 6. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 2001.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, TERRAS E VIAÇÃO, OFFICINAS DO INSTITUTO LAURO SODRÉ. A Lavoura Paraense. Belém/Pará: 15/11/1907 e 31/04/1912.

TEIXEIRA, J. F. *O arquipélago de Marajó*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953.

VEIGA, J. B. da et al. *Expansão e trajetória da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

**Artigo recebido para publicação em:**

01 de abril de 2009.

**Artigo aceito para publicação em:**

22 de julho de 2009.

**Como citar este artigo:**

SILVA JUNIOR, A. F. da. Reflexões sobre as primeiras organizações patronais rurais no estado do Pará. **Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 94-114, jan./jun. 2009.